JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.08.23 06:53:07 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 23 de agosto de 2023 • Nº 1629 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IMPOSTOS

Receita arrecada R$ 201,8 bilhões em julho

Pelo segundo mês seguido, a arrecadação total das Receitas Federais apresentou queda, atingindo, em julho, um total de R$ 201,83 bilhões. Considerando a inflação do período, o decréscimo real ficou em 4,2% na comparação com julho de 2022, quando foram arrecadados R$ 202,59 bilhões. Queda de arrecadação também no acumulado do ano. De acordo com os resultados da arrecadação federal divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, entre janeiro e julho de 2023 o total arrecadado ficou em R$ 1,34 trilhão, valor 0,39% abaixo do arrecadado no mesmo período do ano passado. Com relação às receitas administradas pela Receita Federal (RFB), o valor arrecadado em julho ficou em R$ 187,1 bilhões, representando um decréscimo real (considerando inflação) de 0,74%. **PÁGINA 2**

ARQUIVAMENTO

TRF confirma que Dilma foi vítima de ação de golpistas

Por unanimidade, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, manteve na segunda-feira a decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff sobre o caso das "pedaladas fiscais". As acusações basearam o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. A decisão também beneficia o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o ex-presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine, o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho. A 10ª Turma do TRF julgou uma apelação do Ministério Público Federal (MPF) contra decisão de primeira instância que, no ano passado, arquivou a ação contra os acusados. **PÁGINA 3**

PAC

Transpetro prevê R$ 12,5 bilhões para adquirir navios

A Transpetro, subsidiária da Petrobras para a área de transportes, estima em R$ 12,5 bilhões os investimentos necessários para a encomenda dos 25 navios previstos no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) há duas semanas. Serão 25 embarcações, com prazo total de construção de oito anos. Segundo o presidente da companhia, Sergio Bacci, as licitações devem ser lançadas em janeiro, divididas em três lotes de navios: gaseiros, embarcações para transporte de derivados claros e para transporte de derivados escuros. Bacci afirmou que a estimativa de investimento ainda é preliminar: o valor final depende do resultado das concorrências. **PÁGINA 2**

CÂMARA

Congresso aprova arcabouço que acaba com teto de gastos

RICARDO STUCKERT/PR

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) obteve aval do Congresso Nacional ontem para enterrar o teto de gastos, criado há mais de seis anos, e implementar o novo arcabouço fiscal -uma nova regra para as contas públicas que prevê o crescimento das despesas acima da inflação. Na nova votação da Câmara dos Deputados, o governo conseguiu apoio de 379 deputados, em uma votação, e 423, em outra. Isso é suficiente para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição), cujo mínimo é 308 votos. A nova regra foi desenhada com a promessa de garantir mais recursos para políticas públicas e ao mesmo tempo reequilibrar gradualmente as contas do governo, que entraram no vermelho em 2014 -e, desde então, só exibiram resultado positivo em 2022. A proposta determina que as despesas federais vão crescer todo ano de 0,6% a 2,5% em termos reais (além da inflação). O percentual vai variar dentro desse intervalo de forma proporcional às receitas obtidas pelo governo -ou seja, quanto maior tiver sido a arrecadação, mais será possível gastar. O texto já havia sido aprovado pela Câmara em maio e retornou à Casa após certos pontos terem sido modificados pelo Senado. Agora, ele segue para sanção e, uma vez assinado por Lula, dará fim ao bloqueio de crescimento de gastos criado no fim de 2016 por Michel Temer (MDB). No desenho aprovado pela Câmara, ficam fora das limitações gerais o Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica) e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal).

ATAQUES AO TSE E STF

VALTER CAMARGO/ABRASIL

Bolsonaro pediu a aliados para repassar fake news ao máximo

O então presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) pediu a um empresário que repassasse "ao máximo" uma mensagem que sugeria, sem provas, uma fraude do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A informação consta de recente decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Nela, o ministro determinou o arquivamento de investigação, por ausência de justa causa, contra seis empresários bolsonaristas que participaram de um grupo do WhatsApp com mensagens nas quais houve defesa de um golpe caso Lula (PT) ganhasse o pleito. Ele manteve, no entanto, as apurações sobre Meyer Nigri, da Tecnisa, e Luciano Hang, da Havan. O documento utilizado por Moraes menciona relatório da PF que abordou a relação de Nigri com o ex-presidente. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,85% / 114.429,35 / -979,17 / Volume: R$ 20.803.089.942 / Negócios: 3.284.917

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	43.33	+9.14	+3.63
VIBRA ON NM	18.94	+7.61	+1.34
MINERVA ON ED NM	11.20	+5.96	+0.63
AREZZO CO ON NM	81.19	+6.09	+4.66
EZTEC ON ED NM	24.80	+6.99	+1.62

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETZ ON NM	5.36	–1.47	–0.08
MARFRIG ON ES NM	6.97	–1.83	–0.13
VIA ON NM	1.67	–0.60	–0.01
JBS ON NM	18.53	–0.86	–0.16
CARREFOUR BRON NM	11.25	–0.97	–0.11

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON EJ NM	62.58	+2.25	+1.38
PETROBRAS PN EDJ N2	30.61	+1.48	+0.45
ITAUUNIBANCOPN N1	27.27	+1.56	+0.42
LOCALIZA ON NM	64.70	+3.52	+2.20
AMBEV S/A ON	14.42	+0.77	+0.11

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.463,69	-0,11
NASDAQ Composite	13.497,589	+1,56
Euro STOXX 50	4.222,77	+0,22
CAC 40	7.165,07	+0,01
FTSE 100	7.257,82	-0,06
DAX 30	15.603,28	+0,19

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic	
(02/08)	13,25%
Poupança 3	
(22/08)	0,6586%
TR	
(22/08)	0,1578%

IGP-M	-0,72% (jul.)
IPCA	0,12% (jul.)
CDI	
(02/08)	13,15%
OURO	
BM&F/grama	R$ 301,37
EURO Comercial	
Compra: 5,3573	Venda: 5,3579

EURO turismo	
Compra: 5,4068	Venda: 5,5868
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 4,9431	-0,83%
DÓLAR comercial	
Compra: 4,9395	Venda: 4,9401
DÓLAR turismo	
Compra: 4,9522	Venda: 5,1322

MERCADOS

Bolsa tem forte alta e fecha cima dos 116 mil pontos; dólar cai 0,77%

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve forte alta de 1,5% fechou acima dos 116 mil pontos ontem, impulsionada por ações da Vale e em meio a expectativa de investidores sobre a votação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados.

Já o dólar registrou queda de 0,77% e terminou o dia cotado a R$ 4,939, com o alívio sobre o futuro da política de juros no exterior melhorando o ambiente para ativos de risco.

Com o alívio nos títulos dos Estados Unidos, os negócios locais também foram beneficiados, em especial porque as curvas de juros futuros brasileiras seguiram a tendência de queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 caíram de 10,6% para 10,53%, enquanto os para 2026 foram de 10,26% para 10,16%.

Nesse cenário, o Ibovespa (Índice Bovespa) subiu e fechou aos 116.156 pontos com apoio da Vale —em dia de alta do minério de ferro no exterior— e da Petrobras, que avançaram 2,25% e 1,35%, respectivamente. Altas de Itaú (1%), Localiza (3,4%) e Ambev (0,97%), que completaram a lista de mais negociadas da sessão, também impulsionaram o índice.

Na ponta negativa, o setor de varejo pressionou o Ibovespa, com quedas de Via (0,59%) e Carrefour (0,96%) figurando entre as maiores da sessão.

Nos Estados Unidos, os principais índices fecharam em queda, com o S&P 500 e o Dow Jones registrando baixas de 0,28% e 0,51%, respectivamente. Já o Nasdaq permaneceu estável.

IMPOSTOS

Receita Federal arrecada R$ 201,8 bilhões em julho

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Pelo segundo mês seguido, a arrecadação total das Receitas Federais apresentou queda, atingindo, em julho, um total de R$ 201,83 bilhões. Considerando a inflação do período, o decréscimo real ficou em 4,2% na comparação com julho de 2022, quando foram arrecadados R$ 202,59 bilhões.

Queda de arrecadação também no acumulado do ano. De acordo com os resultados da arrecadação federal divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, entre janeiro e julho de 2023 o total arrecadado ficou em R$ 1,34 trilhão, valor 0,39% abaixo do arrecadado no mesmo período do ano passado.

Com relação às receitas administradas pela Receita Federal (RFB), o valor arrecadado em julho ficou em R$ 187,1 bilhões, representando um decréscimo real (considerando inflação) de 0,74%. No acumulado de janeiro a julho de 2023, a arrecadação chegou a R$ 1,27 trilhão, o que representa aumento de 1,24%, na comparação com igual período de 2022, quando foram arrecadados R$ 1,20 trilhão.

De acordo com o Fisco, o resultado da arrecadação foi influenciado por "alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023".

PAGAMENTOS ATÍPICOS

Os dois tributos citados pelo fisco (IRPJ e CSLL) totalizaram uma arrecadação de R$ 47 bilhões, (decréscimo real de 14,9%). "Esse resultado deveu-se, basicamente, ao decréscimo real de 30,06% na arrecadação da estimativa mensal e de 22,81% na arrecadação do balanço trimestral", informou a RFB ao ressaltar que, em julho de 2022, houve pagamentos atípicos de R$ 4 bilhões.

A explicação sobre esses pagamentos atípicos foi dada pelo chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

"Consideramos e classificamos esses fatores como não recorrentes. Na comparação com o mês de julho do ano passado, tivemos, este ano, como fatores não recorrentes, o imposto de exportação, no valor de R$ 1,7 bilhão. Tivemos a redução das alíquotas do IPI, no valor de R$ 1.9 bilhões, aquela redução linear das alíquotas; e tivemos também a redução das alíquotas do PIS e Cofins sobre combustíveis", disse o auditor-fiscal.

"Ainda no mês de julho, referente ao fato gerador do mês de junho, tivemos ainda esse decréscimo estimado na ordem de R$ 3 bilhões. Em 2022, tivemos receitas atípicas da ordem de R$ 4 bilhões no imposto de renda e da contribuição social. Tivemos também essas reduções das alíquotas do IPI e dos combustíveis. No total, saímos de uma variação na receita administrada de 0,74% negativo para 1,35% positivo", acrescentou.

De acordo com os resultados arrecadatórios divulgados ontem, o Imposto de Importação e o Imposto de Produtos Industrializados Vinculado à Importação apresentaram uma arrecadação conjunta de R$ 6.176 milhões (diminuição real de 11,83%).

ENERGIA

Aneel tem consulta pública para reduzir bandeira tarifária

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O equilíbrio na oferta de eletricidade permitiu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discutir a redução em até 36,9% o valor da bandeira tarifária, cobrança de tarifas extras em cenário de escassez. A agência reguladora aprovou ontem a abertura de uma consulta pública sobre o tema.

Pela proposta, a bandeira amarela cairia de R$ 2,989 por 100 quilowatts-hora para R$ 1,885, recuo de 36,9%. Na bandeira vermelha, o valor cairia de R$ 6,50 para R$ 4,464 no patamar 1 (redução de 31,3%) e de R$ 9,795 para R$ 7,877 no patamar 2 (redução de 19,6%). Os interessados podem enviar as contribuições de hoje até 6 outubro, para o e-mail cp026_2023@aneel.gov.br .

A redução foi possível por três motivos. Primeiro, os reservatórios das hidrelétricas estão em níveis confortáveis, além do que a oferta de energia renovável no país está em expansão, com a produção de energia eólica e solar em alta e o preço internacional dos combustíveis fósseis usado para abastecer as termelétricas caiu em relação a 2022 .

Nesse momento, a proposta não terá impacto na conta de luz porque, desde abril do ano passado, a bandeira tarifária está no nível verde, em que não há tarifas adicionais, e deve permanecer assim até pelo menos o fim do ano. No entanto, a Aneel informou, em nota, que as bandeiras tarifárias mais baixas deverão acarretar menor reajuste nas contas elétricas.

ONS

PF abre inquérito para investigar se sabotagem causou apagão

FABIO SERAPIÃO/FOLHAPRESS

A Polícia Federal instaurou ontem um inquérito para investigar as causas do apagão que atingiu todas as regiões do país no último dia 15.

A investigação, sigilosa, vai apurar possíveis crimes de sabotagem e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.

A PF deverá ouvir diferentes atores ligados ao incidente, como representantes da Eletrobras e do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

O apagão interrompeu o fornecimento de 18,9 mil MW de carga --o necessário para afetar cidades de 25 estados e o Distrito Federal. A exceção foi Roraima, que não está no SIN (Sistema de Integração Nacional).

Com a falta de energia, aulas foram suspensas por todo o país, semáforos ficaram desligados e hospitais e outras instituições de saúde suspenderam consultas, exames e outros procedimentos.

Na última quinta-feira, o ONS informou que o relatório final sobre o apagão só ficaria pronto em 45 dias. O operador diz que o sistema está sendo operado "em condições mais conservadoras" após o apagão, para garantir a segurança do atendimento, seguindo protocolo previsto após ocorrências deste tipo, até que sejam verificadas as causas.

O que se sabe até agora é que o chamado evento zero, que deu início ao apagão, ocorreu numa linha de transmissão entre o município de Quixadá e a capital Fortaleza.

A frequência da linha caiu e o sistema de proteção falhou, disseminando a falha. Um incidente do gênero, em um ponto como este, porém, não deveria deflagrar um apagão com escala nacional, segundo especialistas.

Explicações incompletas e a demora na divulgação do relatório abriram espaço para uma guerra de narrativas entre consultores, políticos e segmentos do setor energético.

Uma ala de especialistas afirma que ainda será descoberto que houve falha em alguma subestação, como Imperatriz (MA) ou Xingu (PA). Outro segmento, mais ligado a hidro, já cogitam que o próprio ONS pode ser parte do problema por privilegiar o fornecimento de energias renováveis.

Candidato a presidir a Petrobras no governo Jair Bolsonaro (PL), o consultor Adriano Pires escreveu em uma rede social que a lição do apagão é que "não devemos abrir mão de térmicas": "Nesse momento de transição energética é uma estupidez ficar refém da natureza com a geração eólica e solar", escreveu.

O governo federal passou a usar o apagão como munição contra a privatização da Eletrobras. No mesmo dia da falta de luz que atingiu a maior parte do país, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, foi às redes sociais para ligar a desestatização da empresa à queda de energia.

"A Eletrobras foi privatizada em 2022. Era só esse o tuíte", escreveu a primeira-dama, em letras com caixa alta.

Assim como Janja, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), também culpou a venda do controle da empresa.

INSS

Justiça libera R$ 1,7 bi para pagar aposentados

CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

Aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganharam ação de revisão ou concessão de aposentadoria ou pensão contra o órgão e tiveram o processo concluído em julho vão receber R$ 1,7 bilhão.

O dinheiro foi liberado pelo CJF (Conselho da Justiça Federal) aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) na segunda-feira passada. O montante vai quitar as dívidas do governo em 79.035 processos, com 103.725 beneficiários. O dinheiro será pago por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), que são processos de até 60 salários mínimos, o que dá R$ 79,2 mil neste ano, com o salário mínimo em R$ 1.320.

As ações envolvem, além de processos de aposentadoria e pensão, benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente e assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Para receber, o processo tem que ter chegado totalmente ao final, e a ordem de pagamento o juiz deve ser algum dia do mês de julho.

O valor geral liberado neste mês chega a R$ 2 bilhões, e inclui, além das dívidas previdenciárias, outras RPVs alimentícias, como diferenças salariais de servidores, por exemplo. Ao todo, serão pagos atrasados a 172,1 mil beneficiários que venceram 138,4 mil processos.

O dinheiro é liberado ao TRF (Tribunal Regional Federal) responsável pelo processo na região onde o segurado acionou a Justiça contra o INSS. Para saber se vai receber, o aposentado deve fazer a consulta no site do TRF de sua região.

PAC

Transpetro prevê R$ 12,5 bi para encomenda de navios

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Transpetro, subsidiária da Petrobras para a área de transportes, estima em R$ 12,5 bilhões os investimentos necessários para a encomenda dos 25 navios previstos no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) há duas semanas.

Serão 25 embarcações, com prazo total de construção de oito anos. Segundo o presidente da companhia, Sergio Bacci, as licitações devem ser lançadas em janeiro, divididas em três lotes de navios: gaseiros, embarcações para transporte de derivados claros e para transporte de derivados escuros.

Bacci afirmou que a estimativa de investimento ainda é preliminar: o valor final depende do resultado das concorrências. E que o processo depende ainda de equacionar o modelo de financiamento e garantias contratuais.

A retomada de encomendas à indústria naval brasileira é uma das promessas de campanha de Lula, que em seus primeiros mandatos fomentou um plano de renascimento da indústria naval brasileira que acabou naufragando após a descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

Após 2014, quando o setor atingiu o pico de obras e emprego, estaleiros fecharam portas deixando obras inacabadas, empresas iniciaram processos de recuperação judicial e executivos foram denunciados por corrupção.

Uma das figuras mais influentes desse programa, o ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado chegou a fazer um acordo de delação premiada.

"Não podemos errar de novo", afirmou Bacci, em palestra na feira Navalshore, no Rio de Janeiro. Ele disse que já pediu à CGU (Controladoria Geral da União) e ao TCU (Tribunal de Contas da União) para fiscalizar o processo. "Não vai ser a qualquer preço nem a qualquer prazo."

O presidente da Transpetro admitiu que a empresa não conseguira comprar no Brasil navios a preços chineses, mas defendeu que algum sobrepreço pode ser justificado pelo potencial de geração de emprego e renda no setor.

PLANEJAMENTO

Tebet: políticas públicas serão aperfeiçoadas

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que, por falta de coragem, os governos anteriores não aproveitaram as análises feitas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) para aprimorar programas, projetos e políticas que movimentaram mais de R$ 1 trilhão nos últimos anos. Ela garantiu que o atual governo mudará esse quadro. "Quero propor uma reflexão. Temos (ao longo dos anos) algumas políticas que já foram avaliadas. A pergunta é: por que, das 60 políticas públicas – que totalizaram mais de R$ 1 trilhão em recursos públicos – que foram avaliadas nos últimos anos pelo CMAP, nenhuma foi redesenhada, cancelada ou anulada para dar lugar para outras mais eficientes?",disse.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 33º 19º 5% 06:23 17:52 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

Ataques ao TSE e STF

Bolsonaro pediu a aliados para repassar fake news ao máximo

O então presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu a um empresário que repassasse "ao máximo" uma mensagem que sugeria, sem provas, uma fraude do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A informação consta de recente decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Nela, o ministro determinou o arquivamento de investigação, por ausência de justa causa, contra seis empresários bolsonaristas que participaram de um grupo do WhatsApp com mensagens nas quais houve defesa de um golpe caso Lula (PT) ganhasse o pleito. Ele manteve, no entanto, as apurações sobre Meyer Nigri, da Tecnisa, e Luciano Hang, da Havan.

O documento utilizado por Moraes menciona relatório da PF que abordou a relação de Nigri com o ex-presidente, "inclusive com a finalidade de disseminação de várias notícias falsas e atentatórias à democracia e ao Estado democrático de Direito, utilizando-se do mesmo modo de agir da associação especializada investigada no Inq. 4874/DF".

O inquérito nº 4.874, em tramitação no STF, apura a atuação de uma organização voltada a ataques a instituições e a seus integrantes, incluindo a corte. A apuração mira Bolsonaro e seus aliados.

Por causa das mensagens, a PF intimou Bolsonaro a prestar depoimento no caso. O depoimento está previsto para o dia 31 de agosto.

O relatório diz que a análise de mensagens do WhatsApp contidas no celular apreendido identificou que três mensagens investigadas foram encaminhadas originariamente por um contato registrado com o nome de Bolsonaro, que enviou a Nigri "conteúdo não lastreado ou conhecidamente falso (fake news), atacando integrantes de instituições públicas".

A transcrição de uma das mensagens consta do documento: "O ministro Barroso faz peregrinação no exterior sobre o atual processo eleitoral brasileiro, como sendo algo seguro e confiável. O pior, mente sobre o que se tentou aprovar em 2021: o veto impresso ao lado da urna eletrônica, quando ele se reuniu com lideranças partidárias e o Voto Impresso foi derrotado. Isso chama-se INTERFERENCIA".

"Todo esse desserviço à Democracia dos 3 ministros do TSE STF faz somente aumentar a desconfiança de fraudes preparadas por ocasião das eleições. O Datafolha infla os números de Lula para dar respaldo ao TSE por ocasião do anúncio do resultado eleitoral REPASSE AO MÁXIMO", diz ainda o texto.

Bolsonaro foi condenado neste ano pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por mentiras e ataques ao sistema eleitoral, ficando assim inelegível pelos próximos oito anos, e ainda enfrenta uma série de ações na Justiça, como a suspeita de responsabilidade nos ataques golpistas do 8 de janeiro.

O ex-presidente, que tem 68 anos, somente estará apto a se candidatar novamente em 2030, aos 75 anos de idade, ficando afastado portanto de três eleições até lá (sendo uma delas a nacional de 2026).

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro, que foi a 42ª pessoa a exercer a Presidência, buscou desestabilizar o sistema eleitoral em vários momentos, inflamando apoiadores e contestando a confiabilidade da votação sem apresentar indícios nem provas.

Ele levantou suspeitas inclusive sobre o pleito de 2018, que o levou ao Palácio do Planalto, sugerindo vitória mais robusta contra o então candidato do PT, Fernando Haddad, não fosse uma pretensa fraude.

Bolsonaro se utilizou de lives semanais, transmitidas do Palácio da Alvorada, e entrevistas para alardear a tese, replicada por seus aliados nas redes sociais. Nessas transmissões, promoveu ataques verbais a integrantes do TSE, principalmente contra Moraes.

Em uma das lives, ele e auxiliares divulgaram informações reservadas de uma apuração da Polícia Federal sobre invasão hacker ao sistema eleitoral ocorrida em 2018. A investigação policial e o tribunal não identificaram manipulação de resultados naquelas eleições.

Uma minuta de um decreto golpista para subverter o resultado das eleições, apreendida em janeiro na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, também foi inserida ao processo do TSE, sob protesto da defesa de Bolsonaro.

O pedido de Bolsonaro ao empresário está em decisão na qual Moraes determinou o arquivamento das apurações em relação aos empresários José Isaac Peres (Multiplan), Ivan Wrobel (W3 Engenharia), José Koury (Barra World Shopping), André Tissot (Grupo Sierra), Marco Aurélio Raimundo (Mormaii) e Afrânio Bandeira (Coco Bambu).

Moraes manteve as investigações sobre Nigri sob o argumento de que há necessidade de continuidade das diligências da Polícia Federal, porque o relatório da corporação encontrou existência de vínculo entre ele e o ex-presidente, sobretudo em disseminação de notícias falsas.

Em relação a Luciano Hang, a PF vê necessidade de análise de material apreendido em seu celular.

Sobre os outros investigados, no entanto, foi considerado que eles não passaram dos limites de manifestação interna do grupo de WhatsApp, sem exteriorização que os tornassem formadores de opinião de outras pessoas.

Educação

Após recuo de Tarcísio, MEC libera escolas a escolherem livro didático

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

Após o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) recuar do plano de alterar os livros didáticos, o Ministério da Educação liberou as escolas paulistas a acessarem o sistema para escolher as obras que irão receber no próximo ano.

O plano frustrado do governo paulista deixou os professores de São Paulo com menos tempo para avaliar e escolher os livros que querem receber. Renato Feder, secretário de Educação do estado, só recuou da decisão no limite do prazo para continuar no PNLD 2024 (Programa Nacional do Livro Didático).

O prazo para o registro da escolha do material teve início no último dia 11 e será encerrado hoje. No PNLD, são os próprios professores e gestores que escolhem as obras que serão adotadas nas escolas a partir de um leque de opções. Essa lista é construída por equipes técnicas coordenadas pelo MEC.

Como Feder só solicitou o pedido de readesão ao programa no fim da tarde da última quarta-feira, os professores de São Paulo só tiveram cinco dias úteis para ter acesso ao sistema e escolher as obras.

Em nota, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão ligado ao MEC responsável pelo programa, disse que sua equipe técnica "acolheu a solicitação de readesão do estado de São Paulo) e liberou o acesso ao sistema para as escolas paulistas escolherem as obras "de forma isonômica em relação a todas as demais redes do Brasil".

O FNDE disse ainda que o restante do cronograma do PNLD segue normalmente, com o prazo de entrega dos livros para o início do próximo ano letivo (em fevereiro) para todas as escolas.

Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, sem apresentar estudos ou consultar professores, a gestão Tarcísio decidiu abandonar o PNLD para as séries dos anos finais do ensino fundamental (Do 6º ao 9º ano). Após uma série de críticas e de ações judiciais, o governo paulista recuou da decisão.

Com isso, a secretaria estadual encaminhou ao MEC um pedido de retornar ao programa no mesmo dia em que a Justiça obrigou o governo de São Paulo a continuar recebendo os livros didáticos do MEC.

O ministério recebeu ofício do recuo às 17h44 da quarta-feira passada. O documento, obtido pela reportagem, é assinado por Feder. A decisão da Justiça paulista ocorreu horas mais tarde e só foi liberada nos autos às 20h57 do mesmo dia.

No documento, o secretário solicita que o MEC permita, "em caráter excepcional", a readesão do estado ao PNLD 2024, "nas obras didáticas, pedagógicas e literárias para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)".

Arquivamento

TRF-1 confirma que Dilma foi vítima de golpe dado pela 'turma de Temer'

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, manteve na segunda-feira a decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff sobre o caso das "pedaladas fiscais". As acusações basearam o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

A decisão também beneficia o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o ex-presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine, o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho.

A 10ª Turma do TRF julgou uma apelação do Ministério Público Federal (MPF) contra decisão de primeira instância que, no ano passado, arquivou a ação contra os acusados.

Dilma e os demais integrantes de seu governo foram acusados pelo MPF de improbidade pelo suposto uso de bancos públicos para "maquiar o resultado fiscal", atrasando por parte da União repasse de valores às instituições, que ficou conhecido como "pedaladas fiscais".

No processo que tramitou na 4ª Vara Federal em Brasília, Dilma e Mantega foi excluídos do processo. Em seguida, o processo contra os demais acusados também foi arquivado sem resolução de mérito, ou seja, não foi analisado por falta de fundamentação das acusações.

Na sessão desta segunda, o colegiado do TRF julgou a apelação do MPF contra o arquivamento em primeira instância. Por 3 votos a 0, a turma manteve o arquivamento. Votaram o relator, juiz Saulo Casali Bahia, o juiz Marllon Souza e o desembargador Marcos Vinícius Reis Bastos.

Durante a sessão, o advogado Eduardo Lasmar, representante de Dilma, reiterou que a ex-presidente não participou das operações dos bancos.

"O Ministério Público não conseguiu imputar uma conduta à (então) presidente da República. Muito pelo contrário. Ora, diz que não sabia, diz que sabia, diz que ela deveria saber, que deveria ter confrontado seus ministros. Não nenhuma descrição de dolo.", concluiu.

Em comentário enviado à *Agência Brasil*, o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão declarou que a decisão do TRF1 confirma que a acusação contra Dilma era "politicamente motivada"

"A ratificação, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da improcedência da ação de improbidade contra a ex-presidenta Dilma e contra o ex-ministro Guido Mantega e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho veio a confirmar o que todos já sabiam: a acusação era viciada e politicamente motivada. O impeachment, portanto, não foi legítimo. A prática de que foram acusados - o atraso, no mesmo exercício, de repasses para o banco - tinha só uma razão: permitir o investimento em políticas sociais. E não infringiu, em momento nenhum, o princípio da anuidade fiscal. Objetivou-se, com os assaques à então Dilma, tirá-la do cargo, para impor restrições fiscais contra os vulneráveis neste país", avaliou.

Chacina

Mortos pela PM na Baixada chegam a 20

O número de pessoas mortas pela Polícia Militar na Operação Escudo, na Baixada Santista, chegou a 20 nesta semana. As últimas duas mortes ocorreram na sexta-feira passada em Guarujá e na última segunda-feira, em Santos.

Na tarde da última sexta, um homem de 37 anos morreu no bairro de Perequê, em Guarujá. Segundo a SSP (Secretaria de Segurança Pública), ele foi alvejado após atirar contra policiais do 12° Baep (Batalhão de Ações Especiais de Polícia).

A secretaria afirma que PMs estavam em uma diligência no local quando viram um homem fugir para dentro de um imóvel ao ver a aproximação dos policiais.

"Quando os PMs entraram no corredor o homem, que segurava um revólver, atirou na direção deles e se escondeu dentro da casa. Os policiais entraram no cômodo e houve confronto, no qual o suspeito foi baleado e morreu no local", disse a SSP. "Com ele os policiais encontraram uma mochila com porções de maconha, crack e cocaína, um radiocomunicador e anotações do tráfico. A arma usada pelo criminoso estava com duas munições deflagradas e foi apreendida."

O governo afirma que a perícia foi acionada para ir ao local e que uma investigação sobre o caso foi aberta.

A vigésima morte foi a de Vinícius de Sousa, que completou 20 anos nesta semana. Ele foi morto a tiros na rua Sete, no morro Santa Maria. Segundo o Centro de Operações da PM, policiais pediram reforço durante uma troca de tiros por volta das 11h54. Um homem ficou ferido e, segundo a PM, foi levado ao hospital para receber atendimento.

A Santa Casa informou que um homem ferido com arma de fogo chegou sem vida ao hospital e foi encaminhado ao IML (Instituto Médico-Legal). Houve protesto no bairro contra a ação policial, após alegações de que houve atraso no acionamento do serviço de atendimento médico. Moradores fizeram uma barricada com pedaços de madeira e cones de plástico, que foram incendiados diante de uma equipe policial.

Segundo a SSP, o rapaz morreu após atirar em policiais militares que faziam diligências no morro Santa Maria. Com ele, segundo a pasta, foram apreendidas uma pistola e porções de cocaína e maconha. O caso foi registrado pelo 5º DP de Santos.

AÇÃO É A MAIS LETAL

A Escudo é a operação da Polícia Militar paulista mais letal desde o massacre do Carandiru. Ela foi deflagrada no fim de julho, após o assassinato do soldado Patrick Bastos Reis, da Rota. Moradores denunciaram o assassinato de pessoas que estariam desarmadas, invasões de casas por policiais mascarados, ameaças a moradores e ao menos um caso de tortura. O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) nega e afirma que não há evidências.

Imagens de câmeras corporais de policiais militares enviadas ao Ministério Público de São Paulo mostram registros de confrontos com criminosos em apenas 3 dos 16 casos iniciais em que houve mortes, que ocorreram entre os dias 28 de julho e 2 de agosto.

Outras duas pessoas foram mortas pela PM em Guarujá no último dia 15. Essas mortes ocorrem no mesmo dia em que um delegado da Polícia Federal foi baleado e, segundo entidade, está em estado grave.

A operação na Baixada Santista teve cerca de duas semanas em que não houve mortes. Após o ataque ao agente federal, quatro pessoas morreram em ações da PM.

Rio

STJ aumenta penas de PMs que mataram Amarildo

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

A 6ª Turma do STJ decidiu, aumentar a pena dos 8 policiais militares condenados pelo sumiço e morte do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, 42. O crime em julho de 2013, na Rocinha. no Rio de Janeiro. Os ministros do colegiado seguiram o entendimento do relator, ministro Rogério Schietti, que acolheu um recurso do Ministério Público Federal. O placar foi 5 votos a 0.

A investigação apontou que os réus torturaram Amarildo, causando sofrimento físico e mental na vítima, com o fim de obter informações a respeito do armazenamento de armas e drogas na comunidade .

Câmara Legislativa

CPI nega pedido de Mauro Cid e mantém depoimento

CÉZAR FEITOZA/FOLHAPRESS

O advogado Cezar Bitencourt pediu à CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal o adiamento do depoimento do tenente-coronel Mauro Cid, previsto amanhã.

O presidente da comissão, deputado distrital Chico Vigilante (PT), negou a solicitação. "É a grande oportunidade que ele tem de falar, então espero que ele fale. Vamos fazer todas as perguntas e espero que ele responda", disse.

O pedido da defesa foi feito na segunda-feira passada. Em ofício enviado a Vigilante, Cezar Bitencourt e três outros advogados de seu escritório afirmaram que o adiamento seria importante pelo fato de terem assumido o caso há poucos dias.

"Os atuais defensores do convocado apenas assumiram sua defesa na última semana, e, por se tratar de alvo de diversas e longas investigações, não houve, ainda, tempo hábil para plena ciência e conhecimento dos fatos atinentes aos autos", escreveram os advogados.

A defesa do militar ainda afirma que não estava clara a condição em que Cid seria ouvido: testemunha ou investigado. "Assim, requer-se a informação precisa da convocação e o adiamento da presente oitiva, para que a defesa possa ter tempo hábil de analisar todos os fatos", conclui.

Chico Vigilante respondeu, em ofício, que negaria a solicitação porque a "intimação tempestiva" de Mauro Cid havia sido "efetivada tanto pelo Exército Brasileiro, quanto pessoalmente por servidores (por duas vezes) desta Casa".

O presidente da CPI ainda esclareceu que o militar prestará os esclarecimentos como testemunha, com o direito de permanecer em silêncio, e que comunicou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que Cid participará da audiência às 10h de quinta-feira.

Mauro Cid ficou em silêncio diante das perguntas de parlamentares na CPI do 8 de Janeiro, do Congresso Nacional, em 11 de julho. Na ocasião, disse que é investigado em "pelo menos oito investigações criminais" que vão "além do escopo dos autos dos atos que envolvem os tristes episódios de 8 de janeiro".

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 36º 19º 5% 06:12 17:40

LEBLON

MP entra com ação para barrar revitalização do Jardim de Alah

O Ministério Público do Rio de Janeiro ajuizou na segunda-feira passada uma ação civil pública para suspender a licitação que concede à iniciativa privada a exploração do parque do Jardim de Alah, área atualmente degradada entre o Leblon e Ipanema, na zona sul da capital.

De acordo com a Promotoria, a concessão viola a Lei Orgânica do município, que, segundo a interpretação do MP-RJ, proíbe a concessão de espaço público.

A Prefeitura do Rio de Janeiro havia encerrado a disputa nesta segunda e declarado o Consórcio Rio + Verde como vencedor da licitação. O projeto prevê investimento de R$ 85 milhões e pagamento de R$ 18 milhões em outorga ao município.

Em troca, a empresa poderá explorar o espaço com quiosques e outros pontos comerciais. A previsão do consórcio vencedor é de que as obras estejam concluídas até 2025. A proposta prevê ainda a construção de três pontes interligando os dois lados do canal e a construção de um estacionamento subterrâneo.

A Promotoria, porém, contesta a legalidade da concessão, em discussão desde meados do ano passado.

Segundo a ação, a lei proíbe a exploração comercial integral de espaços públicos, "admitindo-se, apenas, atividades ou empreendimentos privados pontuais, desde que não alterem suas características originais".

A prefeitura afirmou, em nota, que não foi notificada sobre a ação civil pública. Declarou também que a licitação superou outros questionamentos anteriores na Justiça.

"A ação civil pública, instrumento processual utilizado por entes públicos e associações, não interfere necessariamente no curso do processo, representando, apenas, uma demanda daquelas entidades", disse a prefeitura, em nota.

O parque do Jardim de Alah foi construído na década de 1930 no entorno do canal que liga a lagoa Rodrigo de Freitas às praias de Leblon e Ipanema. O espaço é tombado desde 2001, e o projeto final deverá respeitar as regras de preservação urbanística. Nos últimos anos, a maior parte do espaço ficou abandonada sem uso público.

JAKE SULLIVAN

Não vemos Brics como bloco rival, diz governo dos EUA

FERNANDA PERRIN/FOLHAPRESS

O governo americano não vê o Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, como rivais geopolíticos dos Estados Unidos ou de quaisquer outros países, afirmou ontem o conselheiro de segurança nacional de Joe Biden, Jake Sullivan.

Ele disse que o bloco é muito diverso "em sua formação atual", e destacou que os países membros têm visões divergentes em temas como a Guerra da Ucrânia.

"Da nossa perspectiva, vamos continuar a trabalhar nas relações fortes e positivas que temos com Brasil, Índia e África do Sul", disse Sullivan a jornalistas.

A cúpula do Brics começou ontem, em Joanesburgo, na África do Sul. O principal debate entre os membros é a expansão do bloco. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Indonésia e Argentina seriam os candidatos mais fortes a entrar no grupo, mostrou reportagem da Folha.

Mais cedo, Lula negou que o Brics sejam um contraponto ao G7, grupo formado pelos países desenvolvidos, Nem ao G20, nem aos EUA.

"A gente quer criar uma coisa que nunca teve, que nunca existiu. O Sul Global... Nós sempre fomos tratados como se fôssemos a parte pobre do planeta, como se não existíssemos. Nós sempre fomos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E de repente a gente está percebendo que podemos nos transformar em países importantes", declarou o petista, durante uma transmissão nas redes sociais.

A ampliação do bloco para fazer frente às potências ocidentais é defendida pela China. No entanto, como a Folha mostrou, essa hipótese é rechaçada por Brasil e Índia, porque esse desenho seria encarado como uma aliança anti-Ocidente e antagonista aos Estados Unidos e ao G7.

Na semana passada, em um trunfo diplomático, Biden recebeu os chefes de Estado de Japão e Coreia do Sul em um encontro histórico em Camp David para firmar uma cooperação militar e econômica entre os três países. A iniciativa foi classificada por porta-vozes chineses como uma "mini-Otan".

Nesta segunda, Sullivan conversou com Celso Amorim, assessor especial da Presidência para assuntos internacionais. Segundo Sullivan, eles trataram da possibilidade de Biden e Lula se encontrarem paralelamente à Assembleia-Geral da ONU, que acontece em Nova York no próximo mês, e sobre iniciativas de interesse de ambos os presidentes relacionadas à promoção de direitos trabalhistas.

DITADURA

União Africana suspende Níger após golpe de Estado e hesita em usar força

A União Africana suspendeu o Níger de todas as suas atividades em retaliação ao golpe de Estado que levou uma junta ao poder do país há quase um mês. O bloco também orientou seus membros a evitar qualquer ação que pudesse legitimar os militares e manifestou reservas sobre uma possível intervenção militar para retornar à normalidade.

Por meio de nota divulgada ontem, o Conselho de Paz e Segurança do grupo, que se reuniu em 14 de agosto, afirmou que a suspensão vai durar até o "efetivo restabelecimento da ordem constitucional no país", enfatizou sua preferência pela via diplomática e pediu uma "avaliação das implicações econômicas, sociais e de segurança" do uso da força alardeado pela Cedeao (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

A União Africana disse ainda que rejeita veementemente qualquer interferência por parte de atores de fora do continente, incluindo empresas militares privadas —uma provável referência ao grupo mercenário russo Wagner, que atua no vizinho Mali. Nesta segunda, o chefe do grupo militar, Ievguêni Prigojin, postou um vídeo no qual parecia estar na África, promovendo as atividades do Wagner na região.

Desde o dia do golpe, a Cedeao tenta negociar com a junta enquanto deixa em aberto a possibilidade de usar a força. Na última sexta-feira, por exemplo, o bloco regional disse que estava pronto para iniciar uma intervenção armada. Nesta terça-feira, porém, num raro sinal de progresso, o ex-líder militar da Nigéria Abdulsalami Abubakar, mediador da Cedeao, disse que a visita ao Níger no fim de semana foi "muito frutífera" e que ainda tem esperança de uma solução pacífica. "Ninguém quer ir para a guerra", disse ele a repórteres em Abuja.

A escolha da via diplomática é corroborada pelo Parlamento da Cedeao, uma das instituições do bloco que é contra o envio de tropas. "A nossa posição é tomada pelas graves implicações de uma intervenção militar no Níger. (Não há) alternativa a uma solução diplomática", disse Ali Ndume, membro nigeriano do Parlamento, a jornalistas em Abuja nesta terça.

O bloco, porém, disse na semana passada que concordou com um "Dia D", cuja data não foi revelada, para iniciar uma possível intervenção militar se os esforços diplomáticos falharem.

No sábado passado, o novo líder do Níger, o general Abdourahamane Tiani, desaprovou a ideia de uma intervenção e anunciou um período de transição de no máximo três anos antes de organizar eleições e devolver o poder aos civis —um plano que a Cedeao rejeitou.

O golpe do Níger é o sétimo na África Ocidental e Central desde 2020. Dos 15 países-membros da Cedeao, quatro estão suspensos devido a rupturas institucionais —Guiné, Burkina Fasso, Mali e, mais recentemente, Níger. O cenário fez o bloco subir o tom e afirmar que não toleraria novas derrubadas de governos na região.

A tomada de poder no final de julho causou preocupação entre aliados ocidentais e estados africanos democráticos, que temem pelo aumento da presença de grupos islâmicos na região do Sahel, onde está o Níger. O empenho internacional na normalização democrática reflete a importância geopolítica do país africano, que tem importantes reservas de urânio e petróleo e pode aumentar a influência da Rússia no continente.

GRATIFICAÇÃO

Fuzis são apreendidos em ações com mortes

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

Cerca 40% das apreensões de fuzis realizadas no Rio de Janeiro ocorreram em ações policiais letais. Especialistas temem que a premiação pela recuperação de armas do tipo estabelecida pelo governador Cláudio Castro (PL) nesta segunda-feira passada provoque um aumento nas mortes provocadas por agentes do estado.

Dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) mostram que, de janeiro de 2017 a março de 2022, dos 2.316 fuzis apreendidos pela polícia, 918 foram recolhidos em ações que tiveram mortes. No total, foram 1.267 vítimas em supostos confrontos com forças de segurança □17% das 7.400 mortes causadas por agentes do estado no período.

Os números fazem parte de cruzamento feito pela Folha com base em microdados do ISP obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Dados posteriores a março de 2022 não estão disponíveis de imediato.

O governador assinou um decreto que prevê o pagamento de R$ 5.000 de prêmio a policiais por cada fuzil apreendido. Os dados do ISP associados aos critérios adotados por Castro para delimitar a bonificação reforçam, para especialistas, a interpretação de que ela vai estimular indiretamente o aumento dos confrontos.

Procurado, o governo estadual não comentou as críticas.

Um dos critérios apontados como indicativo de confronto é o fato de se premiar apenas policiais que constem no registro de ocorrência das apreensões. A decisão não beneficia agentes que atuaram na investigação, mas que não foram a campo para efetivar a retirada das armas.

As regras também não premiam o trabalho investigativo ao exigir que a arma apreendida seja capaz de produzir tiro. A limitação não beneficia trabalhos como o que mirou o ex-PM Ronnie Lessa, acusado de matar a vereadora Marielle Franco. Na ocasião, os agentes acharam na casa de um amigo dele peças desmontadas capazes de confeccionar 117 fuzis.

"Qual é o método de retirada de fuzis premiado? É aquele que vai pegar a arma já municiada pronta para atirar. Em virtude do esvaziamento do investimento na investigação criminal, o esforço sempre foi tirar esse armamento já das mãos dos criminosos em favelas. E esse fuzil muitas vezes vem manchado de sangue. Às vezes, de inocente", disse o coronel da reserva Robson Rodrigues, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar.

O sociólogo Daniel Hirata, coordenador do Geni/UFF (Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense), afirmou temer uma "corrida atabalhoada" com operações policiais em busca do prêmio.

"Esse mecanismo do sistema de metas e bonificações, por fundamento, orienta a ação dos atores submetidos a ele. É necessário pensar sobre os efeitos que podem causar esse direcionamento. No caso da apreensão de fuzis, tenho receio de que isso aumente o tipo de operação feita para apreensão de fuzis", disse ele.

Especialistas comparam a premiação à chamada "gratificação faroeste", instituída na gestão Marcello Alencar (1995-1998). Ela premiava policiais por "atos de bravura", o que na prática estimulava o confronto e a morte em supostos confrontos.

"Sem programa de redução de letalidade policial, sem meta, a gente teme essa corrida de apreensão de fuzis a qualquer custo. É uma gratificação faroeste de maneira não direta. Se vai ganhar R$ 5.000, independente da quantidade de mortes para essa apreensão, há a valorização da atuação policial que não é o mais eficiente, inteligente. Nem o que deveria ser fomentada", afirmou o cientista político Pablo Nunes, coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

A redução da letalidade violenta (o que inclui as mortes em confronto) também é um dos indicadores do Sistema Integrado de Metas na segurança pública. Porém, o percentual de redução exigido tem sido cada vez menor. Para o segundo semestre deste ano, a meta é de queda de 1% □uma queda nos homicídios pode compensar aumento na letalidade policial, por exemplo.

RHMED CONSULTORES ASSOCIADOS S.A.
CNPJ/MF Nº 01.430.943/0001-17 - NIRE Nº 3330032234-5
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. DIA E HORA: 20 de junho de 2023, às 10:00 horas. **2. LOCAL:** na sede da Sociedade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 116, sala 901, 1001 e 1701, Centro, CEP 20040-001. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da sociedade, nos termos do parágrafo 4º, Art. 124, da Lei 6.404/1976. **4. PRESENÇA:** os Acionistas abaixo assinados representando a totalidade do capital social da Sociedade. **5. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Antonio Carlos Martin de Pontes; Secretário: Leonardo Alexandre de Albuquerque. **6. ORDEM DO DIA:** exame e aprovação dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações dos Resultados inerentes aos Exercícios Sociais findos em 31/12/2022, nos termos do artigo 132, inciso I, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 combinado com o Art. 8º do Estatuto Social aprovado por meio do Ato Societário arquivado em 02/08/2019, perante à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. **7. DELIBERAÇÕES:** os Acionistas, por unanimidade de votos, observado o disposto em lei, aprovaram os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Deliberam ainda, que em decorrência do lucro líquido apurado nas Demonstrações financeiras do exercício social encerrado no período supracitado, a distribuição dos dividendos será realizada de acordo com a participação de cada um dos sócios no capital social, e os pagamentos dos mesmos ficarão condicionados à disponibilidade financeira da sociedade. **8. ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pela totalidade dos Acionistas presentes. Rio de Janeiro/RJ, 20 de junho de 2023. **MESA: ANTONIO CARLOS MARTIN DE PONTES** - Presidente; **LEONARDO ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE** - Secretário.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.423	1.952	10.816	2.662
Contas a receber de clientes	5	34.474	28.975	38.589	36.031
Impostos a recuperar	7	3.380	3.339	5.207	5.453
Outros ativos		303	258	310	260
Total do ativo circulante		47.580	34.524	54.922	44.406
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais		428	640	430	694
Empréstimos	6	6.247	5.556	6.247	5.556
Imposto de renda diferido	15	1.735	5.205	1.735	5.205
Outros valores a receber		1.830	1.250	1.981	1.360
Investimento	8	18.163	21.013	-	-
Arrendamento - Direito de uso	27	1.174	812	1.342	2.175
Imobilizado	9	1.730	1.550	1.790	1.630
Intangível	10	1.314	1.277	15.750	16.510
Total do ativo não circulante		32.621	37.303	29.275	33.130
Total do ativo		80.201	71.827	84.197	77.536

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	12	13.534	8.446	15.632	11.265
Empréstimos e financiamentos	11	8.243	8.384	8.243	8.384
Arrendamento mercantil	27	435	621	654	1.605
Obrigações fiscais	13	2.177	2.371	2.184	2.506
Obrigações sociais	14	6.009	5.198	7.244	6.264
Outros passivos		733	317	1.170	598
Total do passivo circulante		31.131	25.337	35.127	30.622
Passivo não circulante					
Dividendos a pagar	16	-	2.049	-	2.049
Arrendamento mercantil	27	808	176	808	600
Empréstimos e financiamentos	11	6.172	3.899	6.172	3.899
Total do passivo não circulante		6.980	6.124	6.980	6.548
Capital social		14.726	14.726	14.726	14.726
Reserva de capital		18.030	18.030	18.030	18.030
Reserva de Lucros		9.334	7.610	9.334	7.610
Total do patrimônio líquido		42.090	40.366	42.090	40.366
Total do passivo e patrimônio líquido		80.201	71.827	84.197	77.536

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Reconhecemos a exatidão do presente balanço patrimonial acima transcrito, levando de acordo com a documentação apresentada pela empresa ao contador, onde tanto o ativo, quanto o passivo, importam em R$ 80.200.805,25 (oitenta milhões, duzentos mil, oitocentos e cinco reais e vinte e cinco centavos) em 31 de dezembro de 2022. **ANTONIO CARLOS MARTIN DE PONTES; LEONARDO ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE.** A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da sociedade. Rio de Janeiro/RJ, 20 de junho de 2023. JUCERJA em 11/08/2023 sob o nº 5624577. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

PAQUISTÃO

Oito pessoas são retiradas de teleférico pendurado

Em operação dramática e descrita como "extremamente arriscada", oito pessoas, incluindo sete crianças e adolescentes, foram resgatados por militares do Paquistão após ficarem presas por horas em um teleférico, a 274 metros de altura.

O equipamento ficou pendurado após um dos cabos que o sustentavam romper enquanto os passageiros iam para a escola na região montanhosa de Battagram. A Autoridade Nacional de Gerenciamento de Desastres do Paquistão disse que as tentativas de substituir o cabo falharam. Dezenas de socorristas especializados e dois helicópteros do Exército foram mobilizados para a missão de salvamento.

Uma criança desmaiou devido "ao calor e ao medo" —não há informações detalhadas sobre seu estado de saúde, mas a rede britânica BBC disse que ela tem problemas cardíacos. O teleférico está preso numa região de ravina e pendurado por um único cabo após o rompimento do outro fio de sustentação, disse Shariq Riaz Khattak, oficial de resgate, à agência de notícias Reuters. "Todos os esforços estão sendo feitos pelo Exército do Paquistão para resgatar as pessoas presas", disse.